



Diálogo social e recessão no sector bancário: perspectiva global

Resumo executivo

Introdução

No Verão de 2007, rebentou nos Estados Unidos a crise financeira mundial mais profunda desde o crash da bolsa de 1929. A crise alastrou-se a todo o mundo e contagiou as economias reais, conduzindo ao maior declínio económico das últimas décadas. A crise financeira concentrou-se sobretudo nos Estados Unidos e na Europa, ao passo que os sectores bancários do Japão, do Brasil e da China não foram afectados de forma significativa. Consequentemente, entre 2008 e 2010, os níveis de emprego decresceram nos sectores bancários dos EUA e de muitas das economias europeias, enquanto que as tendências de emprego permaneceram relativamente inalteradas no Japão, na China e no Brasil.

Na Europa, os efeitos da crise financeira na actividade bancária são difíceis de destringir dos efeitos resultantes da importante reestruturação que o sector já experimentara nos anos anteriores à crise. A taxa de emprego aumentava nos novos Estados-Membros e na Espanha, Grécia, Portugal e Irlanda, e estava já a diminuir nalguns países da Europa Ocidental (Áustria, Alemanha, Países Baixos, Dinamarca ou Bélgica), reflectindo em parte a deslocação crescente das actividades dos grandes grupos bancários destes últimos países para aqueles.

Contexto político

A crise económica teve importantes repercussões nos níveis gerais de emprego, mas, apesar das avultadas perdas de postos de trabalho em muitas economias, o impacto das quebras registadas na actividade económica teria sido maior se não tivesse havido intervenções públicas. Na sua maioria, as economias desenvolvidas e emergentes aplicaram políticas orçamentais e monetárias expansionistas a fim de combater a crise.

O impacto da crise financeira nos sectores bancários foi irregular nas principais economias mundiais. Por um lado, os sectores financeiros do Japão, do Brasil e da China não foram afectados de modo significativo e as

autoridades públicas tiveram apenas de enfrentar alguns problemas de liquidez nos sistemas bancários. Por outro lado, os sistemas bancários dos EUA e de muitos países da Europa viram-se confrontados não só com problemas de liquidez, mas também com problemas de solvência. Diversas instituições financeiras tiveram de ser resgatadas e foram lançados programas públicos sem precedentes a fim de evitar o colapso dos sistemas financeiros.

Numa fase inicial, os bancos centrais responderam ao surgimento da crise injectando liquidez nos sistemas financeiros; posteriormente, os governos começaram a recorrer a medidas de apoio ad-hoc centradas em determinadas instituições. Após o colapso da Lehman Brothers em 15 de Setembro de 2008, os governos da Europa e dos Estados Unidos intensificaram os seus esforços para apoiar o sector financeiros adoptando programas nacionais abrangentes, incluindo: seguros de depósitos, garantias sobre obrigações bancárias, injeções de capital e medidas destinadas a compensar activos depreciados. As injeções de capital foram maiores nos Estados Unidos do que na União Europeia, tal como os reembolsos de capital efectuados até agora pelos bancos dos Estados Unidos.

Embora os sistemas europeus de relações laborais se vissem confrontados com os desafios da crise, os parceiros sociais ajudaram o sector a gerir o impacto negativo nos mercados de trabalho. A negociação colectiva foi dificultada durante a crise; contudo, intensificou-se e tem sido utilizada para promover mudanças no sector. Os sindicatos e as associações de empregadores recorreram, embora em diferentes graus, a diversos instrumentos ao seu alcance: negociação colectiva com o objectivo de proteger os trabalhadores em caso de reestruturação e de despedimentos ou de preservar o emprego no sector mediante a aplicação de medidas como a redução do tempo de trabalho; diálogo social a fim de analisar a situação e propor medidas para manter ou criar empregos no sector bancário; outras iniciativas dos

parceiros sociais susceptíveis de resultar na melhoria das condições de emprego e de trabalho no sector.

Principais conclusões

Na UE 27 em geral, foram perdidos 250 000 empregos no sector bancário entre 2008 e 2010, o que significa que a taxa de emprego diminuiu em 6 %, acima da redução média do emprego no conjunto da economia (-2,4 %), mas longe das grandes correcções do emprego verificadas nos sectores da indústria transformadora e da construção (acima dos 10 %). Um aspecto importante foi a perda de 187 000 empregos apenas no Reino Unido, o principal centro financeiro da Europa. Isto significa que, sem o Reino Unido, o decréscimo do emprego no sector bancário teria sido inferior à média registada na UE entre 2008 e 2010.

O quadro é diversificado em função dos países. As maiores reduções no emprego verificaram-se no Reino Unido (-25 %), na Bélgica (-15,2 %), em Portugal (-14,8 %), na Hungria (-12,7 %), nos Países Baixos (-12,5 %), na Bulgária (-11,9 %), em Espanha (-11 %), na Letónia (-10,1 %) e na República Checa (-9,9 %), ao passo que se registaram aumentos importantes da taxa de emprego na Roménia (25,3 %), no Luxemburgo (23,1 %), na Lituânia (16,9 %), em Malta (10,9 %), na Polónia (7,6 %) e na França (5,4 %).

Nos Estados Unidos, o impacto da crise foi sentido mais cedo: o número de empregados no sector bancário diminuiu mais de 10 % entre 2006 e 2010 (400 000 empregos perdidos) e 7 % entre 2008 e 2010. No Japão e, especialmente, no Brasil e na China, a taxa de emprego no sector bancário parece ter aumentado durante a crise.

Na Europa, as relações laborais estão bem estabelecidas no sector, o diálogo social é intenso, os níveis de sindicalização situam-se acima da média nacional registada na maioria dos países e a negociação colectiva tem uma cobertura relativamente elevada. A negociação colectiva no sector bancário processa-se sobretudo a nível sectorial na Alemanha, na França, em Espanha e na Itália; o nível empresarial prevalece no Reino Unido, na Hungria e nos Países Baixos, sendo inexistente na Estónia.

Nalguns países europeus, a negociação colectiva aumentou durante a crise. Há exemplos em que foram adaptadas medidas já existentes destinadas a salvaguardar o emprego, como o Fundo para os Despedimentos em Itália ou certos instrumentos concebidos na Alemanha para fazer face a uma crise anterior. No entanto, ao contrário do que sucedeu no sector da indústria transformadora, a negociação colectiva destinada a manter os níveis gerais de emprego no sector através de soluções como os regimes de desemprego parcial, tem tido efeitos

pouco significativos no sector bancário. Na maioria dos casos, a negociação colectiva tem-se centrado na moderação salarial e na limitação da extensão e do impacto social dos despedimentos (frequentemente voluntários) através de planos sociais negociados ao nível das empresas no âmbito de grandes reestruturações.

Alguns exemplos inovadores na negociação colectiva ao nível sectorial durante a crise podem encontrar-se na Alemanha e em França, enquanto que os casos do Unicredit e do Danske Bank representam passos importantes no sentido da criação de sistemas europeus transfronteiriços de relações laborais ao nível das empresas. Embora tivessem efectivamente ocorrido discussões entre os parceiros sociais a nível europeu no sector bancário, não foram acordadas até agora quaisquer acções conjuntas. Nos Estados Unidos, a negociação colectiva não tem qualquer intervenção no sector bancário. O nível de sindicalização é de 1,2 % no sector financeiro e dos seguros, bastante abaixo da média nacional, e apenas 13 dos 7 830 bancos comerciais dispõem de organizações sindicais.

No Japão, a maioria dos sindicatos são empresariais, na medida em que a negociação colectiva ocorre ao nível da empresa. A taxa de sindicalização no sector financeiro (34,8 %) situa-se acima da média nacional (inferior a 20 %). Dado o impacto limitado da crise financeira no sector bancário japonês, as rondas de negociação colectiva têm-se concentrado em questões tradicionais como os salários, os pagamentos de bónus, as regalias sociais ou os horários de trabalho.

A função do diálogo social e da negociação colectiva é limitada no Brasil, dado que o sistema de relações laborais brasileiro é caracterizado por um elevado nível de intervenção estatal. O sector bancário é um dos poucos sectores do Brasil em que a negociação se processa a nível nacional, e não a nível regional estadual: o acordo colectivo é renovado todos os anos e o resultado é válido para todo o sector, sendo algumas cláusulas complementadas por acordos ao nível das empresas.

Na China, todos os empregados bancários são automaticamente membros dos sindicatos nas unidades locais e são representados colectivamente pela União Financeira da China, um dos dez sindicatos do sector existentes no país. Não são organizadas negociações colectivas na China.

Informações adicionais

O relatório *Recession and social dialogue in the banking sector* (Recessão e diálogo social no sector bancário) está disponível em <http://www.eurofound.europa.eu/publications/htmlfiles/ef1115.htm>.

Para obter informações adicionais, consultar o Sr. Carlos Vacas Soriano, Research Officer (Sector de Estudos), cva@eurofound.europa.eu